



**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE
DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA
DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

Reconhecida pelo Decreto 79.090 de 04/01/1977
Rua Ricardo Marinho, 110 - São Geraldo - Pará de Minas - MG
CNPJ: 20.923.264/0001-24 - CEP: 35660-398 - Fone: (37)3237-2000
Mantida: Faculdade de Pará de Minas



**REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL:
uma prática no CRAS do município de Pará de Minas-MG**

Eunaihara Lígia Lira Marques¹

Elvistran Fonseca Dias²

Gisele Rodrigues da Silva³

João Paulo Rezende Moreira⁴

Luciana Fernandes Lobato Magalhães⁵

RESUMO

O presente artigo trata-se de um relato sobre o desenvolvimento dos Estágios Básicos do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Pará de Minas-MG. Também tem o intuito de evidenciar de modo breve a trajetória das políticas públicas assistências do nosso país, esclarecendo o papel do profissional de psicologia neste campo. O trabalho foi desenvolvido a partir de levantamento bibliográfico, bem como de observações e entrevistas feitas com os profissionais atuantes neste local durante os estágios. Foi nos oportunizado, além do estreitamento entre as teorias estudadas e a prática, uma possibilidade de elaboração e operacionalização de uma proposta de intervenção grupal com usuários de um projeto assistido pelo CRAS. O que nos permitiu uma aproximação da realidade do nosso município, bem como uma ampliação dos conhecimentos sobre a importância do papel do psicólogo neste contexto.

Palavras-chave: Assistência Social. CRAS. Estágio Básico. Psicologia Social.

¹ Doutoranda em Ciências da Saúde (IAMSPE). Mestre em Psicologia (UFMG). Especialista em Neuropsicologia (FACINTER). Psicóloga. Professora da Faculdade de Pará de Minas- MG.

² Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas-MG.

³ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas-MG.

⁴ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas-MG.

⁵ Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas-MG.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Social como área de atuação busca estudar a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, entendida historicamente como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade (LANE, 1981). Buscando assim, compreender a dissolução da dicotomia Indivíduo versus Sociedade e se propondo a estudar as “manifestações comportamentais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas, ou pela mera expectativa de tal interação” (RODRIGUES, 2005 *apud* BOCK, FURTADO & TEIXEIRA, 2008).

No Brasil, a Psicologia foi definitivamente institucionalizada, através da Lei 4119, de 1962, que regulamentou a profissão no país, Bock (1999). Segundo Gonçalves e Portugal (2012) nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, assim como em quase toda a América Latina a Psicologia Social seguia um rumo muito próximo à forma de psicologia social importada dos Estados Unidos, onde a replicação das teorias e métodos ficavam evidente em algumas obras da época. No entanto, Gonçalves e Portugal (2012) ressaltam que a partir da década de 1970, a Psicologia passa por um momento de transformações significativas, decorrentes, em parte, dos questionamentos que envolveram a relevância da Psicologia social.

Na década de 1980, vários movimentos de caráter nacional entraram em cena, como os movimentos de profissionais da saúde e de setores públicos, bem como o emblemático movimento das “diretas já”, que culminou no processo de redemocratização do Brasil (CRUZ, RODRIGUES & GUARESCHI, 2013; YAMAMOTO & OLIVEIRA, 2010). Dentro desse novo contexto Bock (1999) afirma que, a década de 1980 trouxe novos desafios para os psicólogos, gerando uma pequena, mas significativa abertura no mercado de trabalho dentro dos serviços públicos de saúde. O que também ocasionava, segundo a autora, uma necessidade de se “reinventar” a psicologia, visando contribuir e responder às demandas de uma população a qual não estava acostumada a trabalhar.

A partir da promulgação da constituição de 1988, começa a estabelecer-se, um conjunto de conquistas no campo das políticas sociais, se consolidando como um marco na garantia dos direitos sociais, nunca antes vistos no país (OLIVEIRA et al, 2011). Cruz, Rodrigues e Guareschi (2013) afirmam que a constituição trouxe uma mudança para a concepção da Assistência Social, uma vez que esta passa a constituir juntamente com a Saúde e a Previdência Social a base da Seguridade Social, notadamente inspirada na noção de Estado de Bem-Estar Social.

No entanto, a efetivação de políticas voltadas a esse campo não surgiram com a mesma rapidez e eficiência, sendo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentada somente cinco anos após a promulgação da Constituição, em 1993. Segundo Romagnoli (2012), “a LOAS tem por objetivo consolidar a assistência social como uma política pública que visa garantir, a todos que dela necessitarem, sem contribuição prévia, a proteção social”, assegurando os direitos e promovendo a cidadania em segmentos excluídos da sociedade.

Na década de 1990, começam então a se efetivar a criação de novas políticas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que visavam criar condições para erradicar a ocorrência de trabalho infantil e garantir o direito a um benefício mensal de um salário mínimo para idosos e pessoas com necessidade especiais de baixa renda, respectivamente. No entanto, as políticas ainda eram focalizadas, não universais e os recursos insuficientes para retirar os beneficiários dos níveis de pobreza em que se encontravam (YAMAMOTO & OLIVEIRA, 2010).

Dentro de um processo de reorganização das políticas sociais, as deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social em 2003 e das diretrizes estabelecidas pela LOAS em 1993, aprovou-se a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Dessa forma, a Política Nacional de Assistência Social se efetivou como um caminho que garantiu um rompimento histórico com práticas assistencialistas passadas e viabilizando o SUAS, criado em 2005 (BRASÍLIA, 2007).

De acordo com Cruz, Rodrigues e Guareschi (2013) o SUAS prioriza a família como foco de atenção e o território como base da organização de ações e serviços, sendo dividido em dois níveis de atenção: a proteção social básica e a proteção social especial. Respectivamente, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo buscar uma compreensão do contexto histórico, dos avanços das políticas de Assistência Social no Brasil, refletir sobre o papel e atuação da psicologia dentro deste processo e fazer um relato de experiência a partir do desenvolvimento dos estágios básicos de um grupo de graduandos (as) do curso de Psicologia da Faculdade de Pará de Minas (FAPAM) em um Centro de Referência de Assistência Social da cidade de Pará de Minas (MG). Os estágios foram desenvolvidos nos anos de 2016 e 2017.

Para construir e desenvolver este trabalho a metodologia usada se fundamentou em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, além de diálogos e entrevistas com os técnicos do CRAS, observações, visitas técnicas e outras atividades oportunizadas pelos estágios básicos, realizadas na unidade do CRAS. As entrevistas consistiram em aplicabilidade de questionários semiestruturado com a profissional de psicologia e o coordenador do equipamento (nome dado ao CRAS), tendo em vista possibilitar uma maior compreensão do CRAS, coletar informações de dados sobre o perfil dos usuários, principais demandas atendidas e outras informações.

2. PROCESSO HISTÓRICO E AVANÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A construção do direito à Assistência social pode ser considerada como algo recente no Brasil, “onde a constituição do contexto social e suas vulnerabilidades e especificidades esteve ausente das formulações de políticas no país” (PAULA & PAIVA, 2015). Yamamoto e Oliveira (2010) consideram que a proteção social no Brasil surge muito vinculada à ideia da caridade, sob uma lógica da tutela, do favor e do

clientelismo. Sendo que, somente a partir da constituição de 1988 que houve um alcance maior da cidadania, pois começaram a ocorrer mudanças desse paradigma. Em seu texto (constituição) consagra o direito social e traz como seu principal foco o pilar da seguridade social, onde objetiva-se retirar da proteção social o seu caráter assistencialista, clientelista e focalizado (YAMAMOTO & OLIVEIRA, 2010).

Yamamoto e Oliveira (2010) ressaltam que no início da década de 1990 começa a surgir debates sobre a necessidade de programas de transferência de renda e uma política nacional de “segurança alimentar” como formas de enfrentamento à questão da desigualdade social, como o desemprego e o empobrecimento crescente da população. No entanto, para Macedo et al (2011) “a Assistência Social ainda era marcada por um conjunto de ações fragmentadas, desarticuladas e sobrepostas, que se pulverizavam em diversos segmentos e em vários setores ministeriais”. Como enfatiza Romagnoli (2012) que numa tentativa de alterar o panorama atual e fundamentar as políticas a LOAS, construída em 1993, tem como objetivo principal a provocação de mudanças que visam consolidar a Assistência Social como uma política pública que objetiva garantir e assegurar os direitos, promovendo a cidadania em segmentos excluídos da sociedade.

Com os avanços da LOAS e da criação de políticas de transferência de renda, com o objetivo de combate a pobreza, Yamamoto e Oliveira (2010) ressaltam que as políticas ainda eram focalizadas, não universais, e os recursos eram insuficientes para retirar os beneficiários dos níveis de pobreza em que se encontravam. A partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, seguia as diretrizes estabelecidas pela LOAS e a sequente aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que culminou na criação do SUAS (2005), traz a ideia de um projeto político que visa garantir e legitimar os movimentos populares, a participação plena dos usuários, o fortalecimento dos espaços e instâncias de controle social, fazendo com que as ações propostas estejam conectadas com seus territórios, seus sujeitos, suas prioridades e se efetivando enquanto uma política pública voltada para a promoção da vida (BRASÍLIA, 2007).

Ainda de acordo com Brasília (2007), “O SUAS propõe sua intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica, que dá conta da atenção básica e promoção da saúde e a Proteção Social Especial, considerado como ações de média e alta complexidade”, se configurando respectivamente no CRAS e CREAS.

Segundo a PNAS a proteção social básica tem como objetivos:

Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASÍLIA, 2007 p.27).

Com relação à proteção social especial, a PNAS a define como:

[...] uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASÍLIA, 2007 p.28).

3. A PROTEÇÃO BÁSICA: O CRAS

O CRAS é considerado como a porta de entrada dos usuários na Assistência Social, onde se oferece os serviços de proteção básica de assistência social às famílias e os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, estimulando assim, o desenvolvimento humano e social e a busca da autonomia de seus usuários, sendo definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como:

Uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social (NÓBREGA et al, 2009).

O principal serviço do CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido principalmente em busca da participação da família para promover orientações e prevenir situações de vulnerabilidade ou violência. Com o PAIF o CRAS garante acesso aos direitos através de encaminhamentos e orientações durante os atendimentos e no caso de famílias em acompanhamento realiza plano de acompanhamento familiar: planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissionais (psicólogo e assistente social) do CRAS para que a família supere suas dificuldades e alcancem seus objetivos. Portanto, é de responsabilidade do CRAS:

Executar o trabalho centrado na família, abrigar o PAIF, desenvolver uma ação no território. Na medida em que deve ser instalado em áreas de vulnerabilidade social, tem por responsabilidade realizar a vigilância social sobre estas vulnerabilidades, articular a rede socioassistencial e coordenar os serviços de proteção social básica, executados naqueles territórios. (RANGEL, 2009 p.41).

A equipe do CRAS é composta por psicólogos, assistentes sociais, auxiliar administrativo, pedagogos, dentre outros profissionais. Tendo estes profissionais por finalidades de trabalhar em um constante diálogo, buscando uma articulação com a rede socioassistencial e intersetorial do município, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, que compreenda o sujeito e a comunidade de forma integral e não fragmentada. Ainda podemos ressaltar que cabem aos profissionais do CRAS atuar frente às situações de vulnerabilidade em que se encontram os indivíduos ou famílias-alvo dos programas existentes, de forma a fortalecer os vínculos sociais e comunitários dessas (BRASÍLIA, 2007; BRASÍLIA, 2009; NÓBREGA et al, 2009; e OLIVEIRA et al, 2011).

3.1. O (A) PSICÓLOGO (A) NO CRAS

De acordo com Bock (1999) o psicólogo inserido na Assistência Social não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, pensando-a como um trabalho voltado somente para um indivíduo, como se este vivesse isolado e não tivesse a ver com a realidade social, construindo-a e sendo construído por ela. Assim, o foco do psicólogo no CRAS é “o atendimento psicossocial, um trabalho realizado junto ao assistente social e que abandona o caráter clínico, passando a ter um caráter familiar/sistêmico, com uma visão especialmente direcionada ao grupo” (NÓBREGA et al, 2009). Desse modo, ele deve buscar sempre entender e compreender o local e a cultura de onde os indivíduos por ele assistidos estão inseridos. E diante das demandas com os usuários é sempre necessário construir estratégias a partir de uma linguagem da cultura dos usuários e da comunidade referenciada (ACCORSSI, 2015).

A participação do psicólogo na construção de políticas públicas voltadas a assistência social deve ser muito valorizada uma vez que ele também é conhecedor dos problemas sociais e pode contribuir de maneira decisiva e direcionada ao atendimento das questões sociais mais emergentes, seja do sujeito, seja da família ou da comunidade. Assim, sua atuação como trabalhador da Assistência Social “tem por finalidade básica promover o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e a consolidação das políticas públicas” (NÓBREGA et al, 2009). Se constituindo como uma ampliação necessária do campo profissional para um envolvimento mais direto com as questões sociais.

Desse modo, diante de uma realidade que ainda impõe inúmeros desafios e problemas aos profissionais, estes devem buscar a promoção da autonomia do sujeito “vitimizado”, tentar “desnaturalizar” a condição de violação de seus direitos e propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais, atuando no campo simbólico com vista no fortalecimento pessoal destes (BRASÍLIA, 2007; NÓBREGA et al, 2009 e SENRA & GUZZO, 2012).

Dentro do contexto das propostas de atuação do SUAS, Romagnoli (2012) ressalta “a necessidade de que os profissionais devem trabalhar e ter reflexões transdisciplinares perseguindo o coletivo de forças presentes em suas inserções”, buscando assim criar zonas de indagações entre os profissionais das equipes e os usuários, numa procura de construir saídas inventivas e coletivas. Onde possam ser construídas e desenvolvidas ações que estejam comprometidas com a transformação social e com o foco nas necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos usuários (BRASÍLIA, 2007).

No que se refere ao trabalho do psicólogo no CRAS é diferente do trabalho efetuado por psicólogos (as) de clínica, pois neste equipamento as intervenções são direcionadas aos contextos de vulnerabilidades ou fragilidade de vínculos das famílias e indivíduos. Desse modo, a assistência social se encontra em intercessão na interdisciplinaridade com outras áreas do saber, possibilitando uma visão ampla do trabalho social, enriquecendo a forma de abordar as situações urgentes, destoando do saber aplicado no “setting” terapêutico. E o seu compromisso ético-político deve ser

sempre implicado com a produção de bem-estar bio-psicossocial, comprometido cada vez mais com a promoção da vida e autonomia dos usuários (BRASÍLIA, 2007).

4. ESTÁGIOS BÁSICOS: UM OLHAR ACADÊMICO NO CRAS

Os Estágios Básicos correspondem pré-requisitos para a formação acadêmica do profissional de Psicologia, visam buscar uma introdução às práticas profissionais, através de atividades de observação no campo dos fenômenos e processos psicológicos. Os Estágios Básicos foram divididos em quatro etapas ou semestres de estágios (Estágios Básicos I, II, III e IV).

Para a realização dos estágios foram desenvolvidos encontros semanais de duas horas de duração, com orientações com uma professora da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM, bem como foi feita uma inserção (práticas) em uma instituição conveniada, no nosso caso, o “CRAS-Central”, localizado no Centro de Pará de Minas-MG para realização dos estágios em campo, somando-se uma carga horária total de 320 horas/aula de estágio que foram cumprida nos quatro semestres.

Nos encontros de estágio realizados na FAPAM, discutimos sobre o papel da Psicologia nos campos de atuação, fomos orientados sobre as diretrizes e responsabilidades de estagiário de psicologia, com base em normas técnicas e orientações legais e éticas, como a lei que regulamenta as atividades de estagio, código de ética profissional, resoluções e orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP). No estágio em campo foi possível conhecer de perto a realidade de atendimento, bem como observar como as situações estudadas, a partir de enfoques teóricos e metodológicos como se dão na prática do dia-a-dia do profissional de psicologia, bem como da instituição.

O CRAS onde foram realizados os estágios é composto de uma equipe de psicólogo (a), assistentes sociais, coordenador (a), pedagogo (a), advogado (a), técnicos e profissionais gerais, em consonância com as recomendações exigidas pelo MDS. Sua estrutura física também se encontra dentro das normas exigidas pelo mesmo órgão.

Nos encontros desenvolvidos no CRAS foi possível acompanhar visitas técnicas em domicílios junto com os profissionais, observar atendimentos psicossociais, conhecer projetos de fortalecimento de vínculos com crianças e adolescentes e um conhecimento do mapeamento social sobre a população atendida.

4.1. DEMANDAS E ATIVIDADES REALIZADAS NO CRAS-CENTRAL

As demandas que chegam ao CRAS ocorrem de variadas formas: demanda espontânea, usuários que procuram o CRAS em busca de apoio; pessoas em situação de pobreza; idosos e deficientes em busca do Benefício de Prestação Continuada (BPC), busca pelo TRANCARD, um cartão que assegura gratuidade no transporte urbano do município para a população idosa; demandas vindas de outros equipamentos, como escolas, conselho tutelar, ministério público, Postos de saúde, etc.

Ao receber um caso o profissional do CRAS avalia a demanda, se necessário, encaminha para o serviço pertinente, como também, quando chega a outro equipamento um caso que é demanda do CRAS este órgão faz o encaminhamento para o CRAS. Ocorrem situações em que o CRAS recebe o usuário, encaminha para outro serviço e posteriormente com uma mudança da situação esse usuário é novamente encaminhado para o CRAS, com o objetivo de se fazer um acompanhamento.

4.1.1. PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS USUÁRIOS

O CRAS-Central possui em seu banco de dados, aproximadamente 4.559 famílias cadastradas pelo Cadastro Único das famílias (CAD-ÚNICO) que se classificam, de acordo com a faixa de renda, da seguinte forma: 277 famílias com renda per capita de até R\$ 85,00; 452 famílias com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 1.803 famílias com renda per capita entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; e 2.027 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O CRAS Central é o que tem maior cobertura territorial do município, por isso tem uma demanda populacional atendida muito heterogênea, e uma necessidade de busca maior, como o atendimento à população que vive na zona rural, por exemplo. Além disso, os programas de fortalecimento de vínculos por ele assistido são realizados em parcerias com organizações existentes nas comunidades, o que ocorre até mesmo, uma interlocução com os outros CRAS devido a uma necessidade de suprir demandas municipais.

Em relação aos benefícios recebidos e atendimentos prestados pelo CRAS foi possível identificar, através de um levantamento geral dos dados do próprio equipamento, que no período de realização dos estágios: 703 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), 835 pessoas beneficiárias pelo BPC; 2.500 idosos possuem o cartão TRANSCARD para o transporte público municipal gratuito; e cerca de 370 crianças são atendidas em programas de fortalecimento vínculos, em parceria com projetos assistenciais do município.

4.1.1.1. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

As atividades de estágios se configuraram da seguinte forma: Nos estágios básicos I e II observamos e acompanhamos diversas atividades dentro do CRAS, fizemos observações dos atendimentos no serviço, acompanhamos entrevistas para a realização do CAD-ÚNICO, o cadastro único dos usuários dos programas da Assistência Social, atendimentos com os assistentes sociais e com a psicóloga, visitas domiciliares.

No estágio básico III conhecemos os programas de fortalecimento de vínculos realizados pelo CRAS, quatro no total, esse programas são realizados em parcerias com entidades do município, e a partir dessa interlocução, levantamos demandas e necessidades para a elaboração de uma proposta de intervenção. Em diálogos com a profissional de psicologia do CRAS, definimos focar a ação da intervenção em um dos

projetos, já que este era o que enfrentavam maiores problemas. Assim, elaboramos um cronograma de trabalho que seria realizado no estágio básico IV.

No estágio básico IV fizemos algumas visitas ao projeto para estabelecer uma relação com os “sócios educandos”, compostos por cerca de 80 crianças e adolescentes, divididos em dois turnos (manhã e tarde), sempre em contra turno escolar. A variação de idade ficava entre 06 e 16 anos, sendo que no turno da manhã houve uma variação de idade entre 06 e 12 anos, já no turno da tarde de 10 e 16 anos.

Durante as visitas que fazíamos aos projetos, foi percebida uma grande necessidade de melhorar questões relacionadas à disciplina, respeito ao próximo e estabelecer formas de criar um diálogo que fosse possível melhorar o relacionamento entre todos dentro do projeto. Assim, para a elaboração de um cronograma de atividades, enfrentamos uma série de desafios, pois durante nossas visitas um dos projetos escolhido para implementação da ação, passava por diversas mudanças, o que impactava também nas crianças e adolescentes. Após algumas reuniões ficou definido que teríamos duas datas disponíveis para a intervenção.

Para as atividades estabelecemos trabalhar algumas questões mais importantes. Dentre as que observamos como mais importantes, seria dar mais voz para os sócio educandos, trabalhando temas que oportunizassem gerar uma reflexão a respeito das diferenças, amizade e compreensão, e no segundo momento propusemos uma atividade fora do local onde o projeto é realizado.

Assim, a primeira intervenção ocorreu da seguinte forma. Reunimos todos os sócio educandos e assistimos a quatro pequenos documentários, que tinham como temas questões que proporcionavam reflexão acerca de: **Valores da vida, Estigmas, Respeito ao próximos e Convivência**. Após assistirmos aos documentários, que duravam em média cinco minutos cada, dividimos o grupo em quatro subgrupos e cada estagiário foi dialogar sobre a temática de um documentário específico. Após um tempo de discussão em subgrupos reunimos todos novamente em um círculo e trouxemos para o grupo maior as reflexões de cada subgrupo. Acreditamos que essa atividade pôde favorecer aos sócio educandos a se expressarem e refletirem sobre diversas situações que ocorrem em suas vidas.

O segundo momento ocorreu quinze dias após o desenvolvimento da primeira intervenção. Nesta atividade recebemos os sócio educandos no campus da faculdade, onde foi realizado o projeto denominado “Cine FAPAM-Social”. A atividade consistiu em realizar uma sessão de cinema com o grupo e, posteriormente, fazer uma reflexão acerca da temática. Foram escolhidos filmes condizentes com a faixa etária de cada grupo. Essa atividade foi bastante gratificante, pois além dos filmes e reflexões acerca dos mesmos, possibilitou também abrir as portas do espaço acadêmico para receber as crianças e adolescentes do projeto. Assim, foi uma atividade muito produtiva e proporcionou para muitos, uma primeira experiência neste espaço acadêmico de formação superior. Na ocasião, explorávamos o ambiente junto com eles, falando sobre a importância de estudar, buscar uma profissão no futuro, evidenciando que todos são capazes.

No espaço de tempo entre o primeiro e o segundo encontro, os sócio educandos, juntos com os coordenadores do projeto fizeram uma atividade de desenhos e textos sobre o que foi aprendido durante as atividades e nos apresentaram como uma forma de agradecimento pelas atividades que realizamos no projeto. Foi algo muito gratificante e serviu também para observarmos como eles haviam interpretado as atividades e as reflexões que fizemos junto deles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dos Estágios Básicos nos proporcionaram como estudantes de Psicologia a busca e compreensão acerca de um olhar mais crítico, que vai além das teorias estudadas e aprendidas em sala de aula. Como foi observado desde os primeiros encontros com a profissional de Psicologia do CRAS, onde foi oportunizado nos um entendimento da importância do papel da instituição no fortalecimento das Políticas Públicas e como a Psicologia exerce um papel importante dentro desse contexto, trabalhando de forma integrada com os assistentes sociais, técnicos e demais profissionais, a fim de promover sempre um trabalho voltado para a realidade social dos indivíduos e famílias atendidas.

Dessa forma, a visão da realidade que foi proporcionada através das atividades acompanhadas no CRAS, como acompanhamento de atendimentos, visitas domiciliares acompanhados da profissional de psicologia, acompanhamento de programas de fortalecimento de vínculos e uma interlocução maior com os profissionais da instituição, aliadas com a busca de referenciais teóricos acerca do tema e análise do perfil da população assistida nos proporcionou um aprendizado de forma mais significativa e estruturada dentro do campo de atuação.

Desse modo, fica evidenciado para nós, a necessidade de se fazer uma psicologia com um olhar mais atento e crítico à realidade social que nos rodeia, sempre voltado para as necessidades dos indivíduos dentro do contexto social em que se encontram e priorizando por uma visão mais humana acerca das políticas da Assistência Social do nosso município.

O desenvolvimento de todas as atividades foram bastante prazerosas. Entretanto, os desafios enquanto profissionais do CRAS (percebidos durante os estágios) ou mesmo dos acadêmicos não podem fazer com esqueçamos que, juntos podemos fazer mais, e que este é um campo bastante amplo e que merece toda a atenção. Assim, sugerimos que mais acadêmicos, profissionais se dediquem a compreender este espaço e a popularizar suas práticas para que mais pessoas tenham a oportunidade de conhecer a realidade da política pública de assistência social do nosso país.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline et al. Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia. (*Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*). Vol. 5. Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015.

- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), Pag. 315-329. Natal – RN, 1999.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, Odair; F.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASÍLIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas públicas (CREPOP). Conselho Federal Psicologia (CFP). Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS. Agosto de 2007.
- CRUZ, L.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.). **Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.
- GONÇALVES, M. A.; PORTUGAL, F. T. Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, nº 32, pag.138-153, 2012.
- LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. Editora e Livraria Basiliense, 22º edição. São Paulo – SP, Brasil, 1981.
- LEI Nº 4.119, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.
- MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no suas: quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set, 2011.
- NÓBREGA, A. F. et al. A práxis psicológica nos centros de referência da assistência social. XV encontro nacional da ABRAPSO, 2009.
- OLIVEIRA, I. F. et al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Revista psicologia & sociedade*. N. 23 pag. 140-149, 2011.
- PAULA, F. O. Q.; PAIVA, J. Possibilidades de atuação do psicanalista no Centro de Referência de Assistência Social. *Vínculo – Revista do NESME*. Volume.12, n. 01, pag. 41 – 50, 2015.
- RANGEL, E. de F. A implementação e implantação dos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do CRAS – Eugênio de Melo. Mestrado em Serviço Social. São Paulo – Brasil, 2009.
- ROMAGNOLI, R. C. O SUAS e a formação em Psicologia: territórios em análise. *ECOS / Estudos Contemporâneos da Subjetividade*. Vol. 01, nº 02, 2012.
- SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 293-299, 2012.
- YAMAMOTO, O. H.; Oliveira, I. F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 26 n. especial, pp. 9-24. Brasília, 2010.